



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenação do Curso de Especialização em:
EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E GESTÃO ESCOLAR**

**PROFESSORES - CATEGORIA DOENTE: UMA QUESTÃO DE
SAÚDE PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado por Leila Euzébio da Silva à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em **Educação, Democracia e Gestão Escolar**, para obtenção do grau de Especialista em Educação, Democracia e Gestão Escolar, pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, sob orientação da Professora Ms.Noeci Carvalho Messias

Brasília-DF
Março de 2010

Professores - categoria doente: uma questão de saúde pública

Leila Euzébio da Silva¹
Noeci Carvalho Messias²

Resumo: Atualmente veicula-se na mídia do Distrito Federal e dos demais estados da federação, de um modo geral, que o quantitativo de professores do Distrito Federal afastados da sala de aula por motivos de doenças diversas é algo absurdo e, segundo alguns autores, um “abuso”. Essas doenças são justificadas por essa categoria profissional como advindas de uma transformação cultural experimentada pela sociedade e, conseqüentemente, trazida para a sala de aula, onde os professores se tornam vítimas da violência e da falta de respeito dos seus alunos, dos pais e da comunidade, não podendo realizar as suas tarefas dignamente. Este artigo tem como principal objetivo demonstrar que os professores estão adoecendo porque a docência é uma atividade exaustiva e porque não existe uma política de prevenção de doença e promoção da saúde.

Palavras-chave: Violência, frustração, depressão, exaustão, saúde do professor

Abstract: Currently it is propagated in the media of the Distrito Federal and in the others states of the federacy, in a general way, that the quantitative one of professors of the Distrito Federal moved away from the classroom for reason of diverse illnesses is something nonsense and, according to some authors, an “abuse”. These illnesses are justified by this professional category as happened of a cultural transformation lived deeply by the society and, consequently, brought for the classroom, where the professors become victims of the violence and the lack of respect of its pupils, the parents and the community, not being able to realize their tasks worthy. This article has as main objective to demonstrate that the professors are getting sick because their labor is an exhausting activity and because there's not a politics of prevention of illness and promotion of the health.

Keywords: Violence, frustration, depression, exhaustion, health of the professor

Introdução

A sociedade nos últimos 20 anos sofreu mudanças culturais e de valores, mas a escola – envolta por seus muros – não acompanhou essas mudanças. Essa mudança cultural da visão da escola pela sociedade vem refletida em desrespeito aos profissionais que ali atuam, o que motiva (entre outras coisas) um discurso hoje em alta, a violência escolar. Tal violência manifesta-se das mais variadas formas: na depredação do ambiente escolar, na relação entre pais e professores, na relação entre os alunos, na relação dos alunos com os professores e com os demais membros do ambiente escolar e vice-versa, de onde se destaca atualmente um crescente aumento de violência entre pais e alunos para com os professores. Os

¹ Professora Leila Euzébio da Silva, aluna da Especialização em Educação, Democracia e Gestão Escolar; UNITINS; leilaes@bol.com.br

² Mestre em Patrimônio Cultural. Doutoranda em História.

professores vêm sendo vítimas de insultos e agressões físicas nos últimos anos e enfrentam uma rotina de medo e angústia nas escolas. Segundo Melman, 2003 (Apud SILVA, 2008), “a violência aparece a partir do momento em que as palavras não têm mais eficácia. A partir do momento em que aquele que fala não é mais reconhecido.”

O que se percebe hoje no cenário nacional, no que diz respeito à educação, aponta para um caos. Caos no sentido de que a qualidade tanto da educação quanto dos cursos de formação de docentes está aquém das expectativas e, no entanto, não se vê uma ação efetiva que vise solucionar tal problema. Esse quadro de má qualidade da educação acaba, entre outras coisas, contribuindo de forma significativa para a desvalorização da docência. Conforme Nóvoa (1995), essa desvalorização da docência é agravada pela visão simplista e errônea que a sociedade e, principalmente, os governantes possuem ao atribuírem ao educador a responsabilidade direta pelas falhas do processo de ensino e, assim, pelo fracasso escolar. Tal visão camufla a falta de uma política educacional efetiva capaz de sanar as necessidades básicas do ensino, como a falta de recursos didáticos, pedagógicos e o baixo salário dos professores e exime os governantes de tal responsabilidade.

A prática docente

O profissional da docência normalmente quando escolhe essa profissão é porque acredita no envelhecido poder que a escola tem de transformar vidas, vislumbra o ideal de que a educação pode igualar socialmente as mais diferentes classes. Conforme Reinhold, 2002 (Apud MENDES, 2006, p.04):

[...] os que exercem profissões sociais, em geral, possuem um alto grau de idealismo, têm como meta à ajuda aos outros e esperam exercer sua profissão com grau de autonomia e liberdade pessoal no trabalho. Traduzindo para a prática do professor, isto significaria ter liberdade pedagógica, aliada ao reconhecimento do seu engajamento [...]

Nessa visão maternal, o professor se envolve com o aprendizado de seu aluno de tal forma, que acaba se entregando de corpo e alma à sua causa, querendo sempre extrair o melhor de si e do aluno, e fazer com que este internalize sempre o melhor dessa relação, tarefa essa que exige total abnegação por parte do docente. Entretanto, hoje o professor tem o seu ideal frustrado, pois os alunos não

mais aprendem, ou não aprendem da maneira como a “velha” escola está preparada e insiste em ensinar.

A valorização do trabalho docente é fator relevante para termos melhorada a qualidade da educação brasileira e, para que isso ocorra, carecemos da implantação de políticas que garantam condições adequadas de trabalho. A falta dessas condições, além de diminuir a qualidade do ensino e o rendimento dos alunos, também contribui significativamente para o aparecimento de doenças no meio docente. Segundo Scliar (2007), a Organização Mundial de Saúde diz que a “Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. Assim sendo, vemos que o ambiente e o cotidiano vivenciado pelos docentes brasileiros, de um modo geral, não são recomendados àquele que preza pelo seu bem-estar devido a uma série de fatores “de risco” à sua saúde.

Segundo Barreto, 2004 (Apud MENDES, 2006), a UNESCO diz que o Brasil é o terceiro país, dentre os seus membros, que paga os piores salários aos trabalhadores da educação. Mendes (2006) diz que por isso, muitos professores têm que trabalhar em mais de uma escola, às vezes até em três turnos, a fim de atender as suas necessidades materiais. Além da extensa e massacrante jornada de trabalho, muitos professores ainda levam trabalho para casa e, comprometem o tempo destinado ao seu descanso e lazer com a família. Esse também é o pensamento de Gomes (2002), pois segundo este, o sofrimento dos professores estaria ligado, entre outras coisas, à inexistência de espaços de intercâmbio profissional e de planejamento das atividades docentes, às relações hierárquicas, à falta de pessoal e de material nas escolas, à insuficiência de pausas e de momentos de lazer e descanso, à tripla jornada de trabalho, à contaminação das relações familiares pela invasão das atividades escolares no espaço domiciliar e, sobretudo, à desqualificação, aos baixos salários e ao não reconhecimento social de seu trabalho.

As práticas que fazem parte do cotidiano do docente brasileiro incluem longas jornadas de trabalho com pequenas pausas destinadas ao descanso; curto tempo destinado às refeições que quase sempre são feitas em locais impróprios (muitas vezes por cima do material); o ritmo intenso do trabalho; a precariedade das demais condições reservadas para o exercício da profissão e também as pressões por

requalificação e pela necessidade de usar as novas tecnologias. Tudo isso que demanda adaptação e preparação prévia dos docentes.

Esteve (1999) relata em sua pesquisa que estudos realizados sobre o trabalho docente que em muitos países apontam para fatores como a intensificação no trabalho, o aumento de responsabilidades e exigências, coincidindo com um processo histórico de uma rápida transformação do contexto social, que tem contribuído para uma modificação do papel do professor, o que implica em fonte importante de mal-estar para muitos deles. Observamos que além de todas as atribuições desempenhadas pelo professor (aulas, correções de provas, pesquisas, planejamentos, etc.), conforme Esteve (1999) a sociedade e a família têm transferido para a escola e para o professor, algumas de suas obrigações sociais, sem que houvesse a capacitação do docente para lidar com tais responsabilidades extras.

Vivenciando o dia-a-dia do docente na escola, podemos perceber um pouco da sua luta e, assim, podemos notar quão “insalubre” é a sua rotina. Nossas escolas não têm as mínimas condições de acomodar seres humanos durante horas a fio, pois não são climatizadas, têm iluminação precária ou excessiva (luz solar), são desconfortáveis, comportam mais alunos do que deveriam, não têm auditórios, pátios, refeitórios (os alunos fazem as suas refeições na sala de aula ou em pé em frente à cantina), entre outros problemas que comprometem de forma negativa o processo de ensino-aprendizagem. Com isso, há ensaios e toda sorte de barulhos em seus corredores e nos seus pátios (quando estes existem) ao mesmo tempo em que acontecem as atividades intraclasse. Os locais, (sim os locais porque há escolas que não tem quadra esportiva), para a prática das aulas de Educação Física, muitas vezes, são ao ar livre e não protegem nem do sol e nem da chuva. Percebemos que a rotina do docente com todas as suas atribuições é algo que lhe traz sérios danos à saúde, pois ao falar exaustivamente, ao permanecer horas a fio transitando de um canto a outro da sala de aula, ele adquire patologias que, se não prevenidas, podem tirá-lo da sala de aula. Mendes (2006) diz que todos esses fatores são significantes no aparecimento de distúrbios físicos e mentais nos docentes. Segundo Barreto, 2004 (Apud MENDES, 2006) a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece que o fazer docente privilegia o surgimento de doenças respiratórias, de alterações na voz, edemas nos membros inferiores e varizes.

A temática “saúde do docente”, apesar de ser um tema esquecido pelas políticas públicas de educação, segundo Mendes (2006), é um tema bastante recorrente nos fóruns docentes e na literatura nacional, e neles se tem abordado e discutido a questão das doenças que atingem esta categoria profissional, o que tem se chamado de *estresse do professor*. Segundo esse autor, as patologias que acometem os profissionais de educação são enfermidades que decorrem tanto do exercício da profissão, quanto das suas condições de vida às quais podem gerar estresse e são, por exemplo, insegurança, baixa remuneração, violência escolar, constrangimentos institucionais no meio social de atuação, jornada de trabalho, aposentadoria e temas relacionados mais detalhadamente à política de emprego e de progressão funcional.

Observa-se que as políticas de educação implantadas a partir da década de 1990, priorizavam como metas a democratização do acesso ao ensino e a qualidade da educação brasileira (MENDES, 2006). Entretanto, apesar de ser notório o papel do docente no alcance de tais metas, muito pouco se fez e se faz para permitir que o docente tenha as mínimas condições de trabalho e que ele possa se prevenir dos males advindos do seu fazer cotidiano e, assim, ajudar no alcance dessas metas, já que é ele quem realmente “põe a mão na massa” e pode contribuir de forma relevante nessa busca pela maximização do acesso e da qualidade da educação.

Creio não ser difícil supor que o docente, fique frustrado ao ver que tudo aquilo em que acredita se torne a cada dia mais inalcançável. O cotidiano docente aliado a essas frustrações provocam nesses profissionais certo desconforto, ao qual a literatura tem chamado de mal-estar docente. Esteve, 1987 (Apud Mendes, 2006) relata que o termo “mal-estar docente” é um dos mais utilizados atualmente e descreve “as implicações permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência”.

Outro termo também bastante utilizado atualmente é “*burnout*” (que significa “consumir-se em chamas”, (CODO, 1999). Para esse autor, o *burnout* que é ocasionado pelo estresse crônico, tem como características a exaustão física, emocional e mental. Segundo ele, *burnout* é um tipo de estresse ocupacional e tem como sintoma um profundo sentimento de exaustão em relação ao trabalho desempenhado e que, aos poucos, espalha-se para todas as áreas da vida de uma

pessoa; são mais vulneráveis os indivíduos cuja profissão tem caráter de ajuda e que se caracteriza por contatos interpessoais bastante intensos, como é o caso da profissão docente; surge em virtude de expectativas elevadas e não realizadas. Segundo Reinhold, 2002 (apud MENDES, 2006) ao se investigar o *burnout* deve-se levar em conta tanto os professores quanto as suas situações de ensino, o que para este autor indica uma suspeição de que o exercício da docência facilite o desenvolvimento do *burnout*, “que se inicia como sensação de inquietação e vai aumentando à medida que começa, lentamente, a desaparecer a alegria e o prazer de lecionar”, (MENDES, 2006, p.04)

Segundo Meleiro, 2002 (apud MENDES, 2006, p.02) a profissão de professor:

[...] é uma profissão louvável, que merece respeito e consideração pela nobre missão, de quem a exerce, de transmitir conhecimentos aos alunos. Infelizmente, ocorreu uma deterioração das condições da formação e da prática profissional do professorado no Brasil, hoje tão desvalorizada no próprio universo acadêmico, na mídia e na sociedade em geral. Diversos trabalhos na literatura mundial mostram que ser professor é uma das profissões mais estressantes na atualidade [...]

Trabalho e saúde docente: a realidade no Distrito Federal

Muito se tem divulgado na mídia do Distrito Federal e, mais recentemente, na mídia nacional, sobre os afastamentos dos professores da Secretaria de Educação do DF para tratarem da saúde, conforme matéria publicada na revista Veja:

[...] O Distrito Federal tem alguns dos melhores índices educacionais do país, mas a Secretaria de Educação local anda na penúria. Por isso, o governador José Roberto Arruda pediu à secretária Maria Helena Guimarães que esquadrinhasse a folha de pagamentos da pasta. Ela [...] Constatou também que 30% dos professores entraram de licença médica em 2006. Boa parte deles deve ter contraído preguiçite aguda[...]. (Revista Veja, ed. 1996, 2007).

Tendo a mídia o poder de formar e influenciar opiniões, a mesma não deveria veicular as notícias sem investigar ou ouvir os principais envolvidos dessa tão controversa situação, pois assim, podem acabar denegrindo ainda mais a imagem dos professores sem deixar que eles exponham os seus motivos para a opinião

pública. Devido a atitudes como essas, os professores do DF vêm sofrendo um verdadeiro assédio moral e sendo expostos a situações constrangedoras diversas.

De acordo com opiniões de membros dessa categoria profissional, as doenças que justificam tais licenças são doenças ocasionadas pela sua prática diária e agravadas por uma série de fatores, entre os quais a violência e a falta de respeito dos seus alunos, pais e sociedade, o que contribui sobremaneira para que eles não consigam realizar suas tarefas de forma digna e efetiva.

Ser professor no Distrito Federal e necessitar procurar atendimento médico é ter a certeza de que, logo após isso, aquele que “fraqueja” e não vai trabalhar mesmo doente terá que se submeter a uma verdadeira maratona de idas e vindas atrás de formulários e de assinaturas, muitas vezes tendo que se deslocar mais de 100 (cem) quilômetros para provar que realmente está doente e, detalhe, mesmo se estando doente tais idas e vindas não são dispensadas.

Atualmente o professor ao pegar atestado de comparecimento, atestado de acompanhamento ou atestado médico, deve proceder da seguinte maneira:

- a) Em se tratando de atestado de comparecimento, que abona apenas o turno em se vai ao médico, o profissional de educação de um modo geral, pode ter até 12 (doze) atestados em um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, não necessitando ser homologado no serviço de perícia médica e, por isso, entregue diretamente na escola em que se trabalha;
- b) No caso do atestado de acompanhamento, deve-se procurar o serviço de perícia médica a fim de homologá-lo, independentemente da quantidade de dias que este estiver afastando o profissional do serviço;
- c) O atestado médico que afastar o profissional do serviço por até 3 (três) dias, deve ser entregue diretamente na escola. Os atestados de 4 (quatro) dias ou mais devem, obrigatoriamente, ser homologados no serviço de perícia médica.

Para poder procurar o serviço de perícia médica, o servidor deve, primeiramente, ir ao seu local de trabalho e, com a chefia imediata, apanhar uma guia de encaminhamento preenchida e devidamente assinada por esta e entregá-la

junto com o atestado no serviço de perícia. Quem necessita de tal prestação de serviço, sai cansado devido o longo tempo de espera, visto que o local está constantemente lotado.

Desde o ano de 2007, início da atual gestão do Governo do Distrito Federal, tem sido feitas constantes mudanças na forma de o servidor da Secretaria de Educação do DF proceder após ser atendido pelo serviço médico e necessitar entregar atestado. São medidas que visam apenas diminuir o “abuso cometido pelos professores” quanto ao número de atestados médicos entregues, como bem lembrou o ex-secretário de educação do DF, em entrevista ao jornal Correio Braziliense:

A saúde do professor do DF é assunto delicado dentro do governo. E a Secretaria de Educação busca, diariamente, o equilíbrio entre o alto número de atestados médicos apresentados pelos docentes e a garantia de que todos os alunos matriculados na rede tenham aula. [...] A cada ano, quase 25% dos 29 mil professores se afastam por períodos variados da sala de aula. Para o governo, o abuso é óbvio e deve ser coibido. Tanto que está em estudo uma política de premiação dos professores que menos se afastarem da sala de aula durante o ano letivo. “Estamos com um plano polêmico. A idéia é gratificar os professores que se afastarem menos”, adianta o secretário José Luiz Valente. “Mas isso deve ser feito com muita cautela para não punir quem está doente de verdade. [...] Essa medida seria mais uma no esforço do governo para reduzir o número de atestados médicos. A primeira, adotada em abril deste ano, foi aumentar o rigor na exigência dos relatórios médicos. [...] (JORNAL CORREIO BRASILIENSE, 19/07/2008)

Tais medidas e a maneira pela qual alguns servidores são tratados no ato do atendimento no serviço de perícia médica têm dado margem a questionamentos e ao ingresso de ações judiciais contra o Governo do Distrito Federal. Conforme o jornal Correio Braziliense noticiou em 2008:

[...] Em um dos casos mais impressionantes, o advogado pede indenização para uma docente que alega ter sofrido um aborto após ter sido destrutada pela perícia médica da secretaria em junho do ano passado. A queixa dessa docente, que não teve o nome divulgado para não prejudicar o andamento do processo judicial, sobre o atendimento da perícia não é rara. Uma pesquisa encomendada pelo Sinpro ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (Gepsat) da Universidade de Brasília (UnB) mostra a insatisfação da categoria com o serviço oferecido [...].(JORNAL CORREIO BRASILIENSE, 19/07/2008).

De acordo com a pesquisa supracitada, e conforme foi noticiado no referido jornal, dos quase 1.500 professores que responderam o questionário, apenas 8% consideram que foram atendidos de maneira adequada e eficiente. Ainda segundo o

jornal, a maioria dos entrevistados em tal pesquisa denunciou a descrença do perito na doença apresentada e o tratamento constrangedor.

As tabelas a seguir mostram a quantidade e os tipos de atendimentos pelos quais passaram os servidores da Carreira Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do DF junto à Diretoria de Perícia Médico-odontológico, nos anos de 2007 e 2008:

Tabela 1

Atendimentos e afastamentos no ano de 2007

Carreiras		Magistério Público				
Tipos		Prof. Classe C	Prof. Classe B	Prof. Classe A	Espec. de Educação	Total
LTS	Atendimentos	1401	446	17222	340	19409
	Dias	13215	4774	173666	4143	195798
LDO	Atendimentos	0	0	26	0	26
	Dias	0	0	991	0	991
DQ	Atendimentos	38	36	891	0	965
PSIC	Atendimentos	261	148	2781	132	3322
PRF	Atendimentos	579	82	281	61	1003
	Dias	25017	3246	10930	1117	40310
LA	Atendimentos	504	112	5511	68	6195
	Dias	1878	525	21457	368	24228
JM	Atendimentos	765	323	8630	147	9865
	Dias	27958	12871	337667	5497	383993
LAS	Atendimentos	18	10	292	8	328
	Dias	156	86	2916	126	3284
LG	Atendimentos	128	34	706	10	878
	Dias	14533	4080	80686	1230	100529
ACC	Atendimentos	12096	3743	14455	331	30625
	Dias	17988	5358	22965	522	46833
EPA	Atendimentos	684	2	364	10	1060

Total	Atendimentos	16474	4936	51159	1107	73676
	Dias	100745	30940	651278	13003	795966

Quantitativo de Contratos Temporários

Atendimentos e afastamentos em 2007

Descrição / Tipos	LTS	LG	LAT	INSS	TOTAL
Atendimentos	2003	51	10	106	2170
Dias	8073	5165	128	2882	16248

Tabela 2

Atendimentos e afastamentos no ano de 2008

Carreiras		Magistério Público				
Tipos		Professor Classe C	Professor Classe B	Professor Classe A	Especialista de Educação	Total
LTS	Atendimentos	1680	627	23688	383	26378
	Dias	12543	4822	198764	3245	219374
LDO	Atendimentos	3	1	19	0	23
	Dias	143	31	853	0	1027
DQ	Atendimentos	38	27	636	2	703
PSIC	Atendimentos	393	203	4003	106	4705
PRF	Atendimentos	336	33	704	18	1091
	Dias	12979	1085	23088	789	37941
LA	Atendimentos	408	91	5297	92	5888
	Dias	1664	328	20300	547	22839
JM	Atendimentos	454	178	6535	91	7258
	Dias	17989	7762	286383	4453	316587
LAS	Atendimentos	27	6	322	10	365
	Dias	172	47	3152	47	3418
LG	Atendimentos	59	7	738	20	824
	Dias	6960	840	86259	2016	96075
ACC	Atendimentos	5331	1684	12850	297	20162
	Dias	7746	2486	18737	350	29319
REC	Atendimentos	18	11	334	6	369
	Negados	0	0	27	0	27
EPA	Atendimentos	18	11	334	6	369

Total	Atendimentos	8747	2868	55126	1025	67766
	Dias	60196	17401	637536	11447	726580

Quantitativo de Contratos Temporários
Atendimentos e afastamentos em 2008

Descrição / Tipos	LTS	LG	LAT	INSS	TOTAL
Atendimentos	511	23	65	2358	2957
Dias	11092	9250	114	3592	24048

Legenda:

- LTS:** Licença para tratamento de saúde
LDO: Licença Doença Ocupacional
DQ: Atendimento da Dependência Química
PSIC: Atendimento Psicológico
PRF: Programa de Readaptação Funcional
LA: Licença de Acompanhamento
JM: Junta Médica
LG: Licença a Gestante
ACC: Afastamento concedido pela Chefia
EPA: Exames Pré-admissionais
LAS: Licença Acidente em Serviço

Os dados das tabelas anteriores nos permitem comparar a quantidade de atendimentos e afastamentos nos anos citados, tanto dos servidores efetivos quanto dos contratos temporários.

Os gráficos abaixo mostram o quantitativo de profissionais da carreira Magistério Público do DF que procuraram o serviço de perícia médica-odontológica nos anos de 2007 e 2008:

Gráfico 1

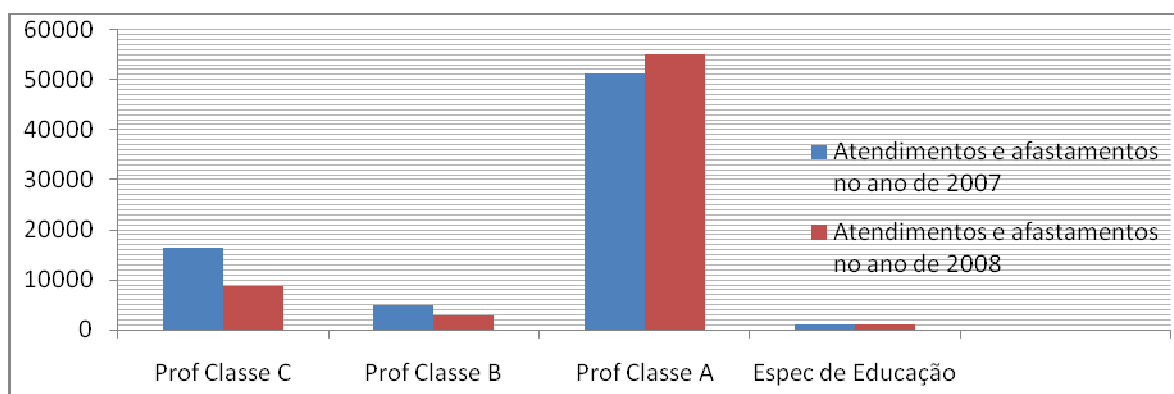
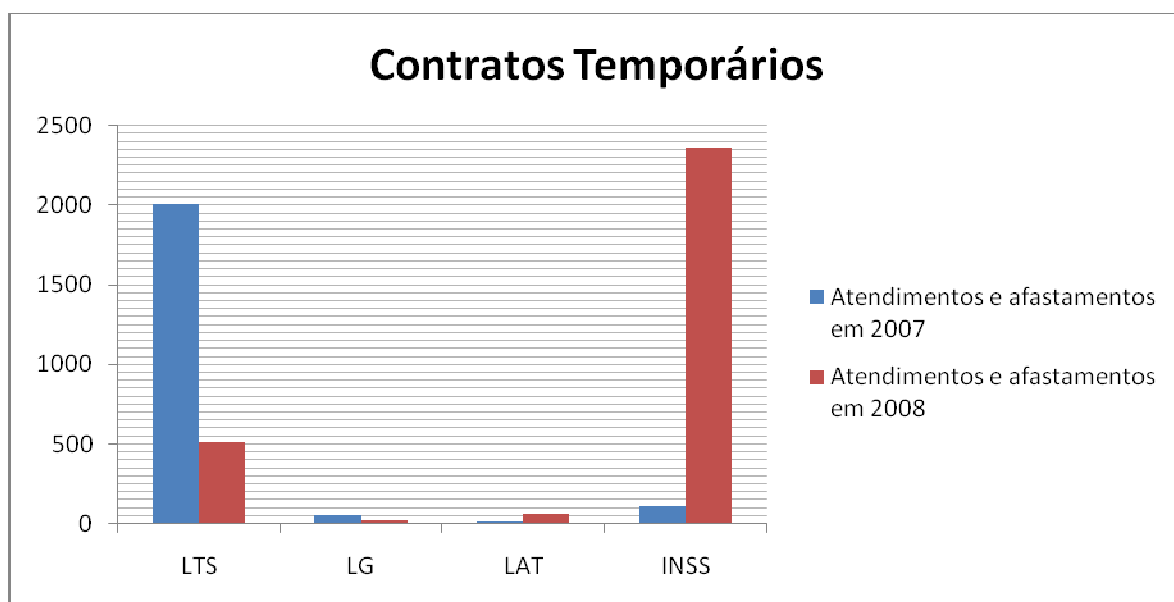


Gráfico 2



Analisando as tabelas e os gráficos, podemos perceber que o número total de atendimentos diminuiu sensivelmente do ano de 2007 para o ano de 2008, com exceção do número total de atendimentos dos professores Contratos Temporários, que nesse mesmo período sofreu um aumento. Entretanto, pela tabela dos

servidores efetivos da SEE/DF, ou seja, os não-contratos temporários, notamos que apesar da queda no número de atendimentos, houve um aumento no atendimento dos professores classe A. Também notamos que as classes B e C de docentes têm muito menos atendimentos, o que se justifica pelo número muito menor de docentes nessas classes, já que (como meta) os sistemas de ensinos pretendem que dentro de pouco tempo só se tenha professores da classe A.

Considerações Finais

Segundo a bibliografia pesquisada, o professorado vem adoecendo coletivamente e isso se tornou um caso de saúde pública, cabendo ao Estado estudar a situação e apresentar soluções.

É consenso entre os autores pesquisados de que a rotina, os afazeres pedagógicos do docente e todo o desencadeamento que estes provocam na sua vida pessoal e profissional, sejam fatores que influenciam no mal-estar que assola muitos docentes. Esteve (1999) relata em sua pesquisa que estudos realizados sobre o trabalho docente em muitos países apontam para fatores como a intensificação no trabalho, o aumento de responsabilidades e exigências e a modificação do papel do professor como fonte importante de mal-estar para muitos deles.

Mendes (2006) diz que a literatura contemporânea tem focado diversos aspectos da vida do professor e do estresse produzido pela ação docente e que estudos realizados por autores internacionalmente conhecidos, como por exemplo, Nóvoa (1999) e Esteve (1987), e do cenário nacional, como por exemplo, Codo (1999) demonstram que os professores estão sujeitos continuamente a uma deterioração progressiva da sua saúde mental. Diz também que outros estudos buscam identificar o perfil dos professores brasileiros, como a pesquisa da UNESCO (2004). Além das produções citadas acima, também a área de psicologia tem demonstrado interesse pelo tema, como pode ser identificado no trabalho: “O stress do professor” de Marilda Lipp.

Nunes (2005) diz que a elevada incidência de exaustão emocional, estresse e sentimento de diminuição de realização profissional interferem na produtividade do trabalho pedagógico. Segundo este autor, estes sintomas revelam que um número expressivo de trabalhadores docentes sofre de distúrbios emocionais (Síndrome de

Burnout e de depressões reativas). Segundo o autor, esses distúrbios emocionais são catalogados pela Organização Mundial de Saúde como doenças ocupacionais, decorrentes da própria organização social do processo de trabalho e, lamentavelmente, ignoradas e negligenciadas pelo poder público.

No serviço de perícia médica, como o próprio nome diz, as pessoas que fazem o atendimento são especialistas, tais como: médicos, psicólogos, etc. Entretanto, na grande maioria das vezes, é um tipo de atendimento em que se percebe que o interesse maior está em observar se o servidor está mentindo ou não e, principalmente, em reduzir a quantidade de dias de afastamento que este traz no seu atestado médico.

Observa-se que os docentes adoecem pela conjugação de vários fatores que os rondam, mas acredito que o principal desses fatores é a falta de respeito com a dignidade da pessoa humana, que antes de ser um profissional é um ser humano, um cidadão e, por isso, deve ter a sua dignidade preservada.

Esses aspectos juntamente com outros, não menos importantes, contribuem para o adoecimento dos educadores. Antes de culpá-los e puni-los pelo adoecimento, faz-se necessário e urgente que se investigue as causas dessas doenças, que só as conhecem quem está dentro deste cenário; que só as conhecem quem vive essa dura rotina da sala de aula da escola pública brasileira. Faz-se urgente também, que se implemente ações para atender os profissionais que se encontram doentes, e que se elaborem políticas de prevenção para as doenças que tanto acometem esses profissionais e para as demais que podem advir da sua prática laboral.

O adoecimento em massa desses profissionais não significa “picaretagem”, como muito se diz por aí; esse adoecimento em massa deve servir de alerta, de termômetro para se saber que algo está errado, pois a doença surge de uma deficiência que o organismo apresenta de reagir a determinado estímulo ou ente patológico. Se há uma deficiência, faz-se necessário haver uma prevenção, e esse é, creio eu, a nossa maior carência. Essa categoria de profissionais não tem sequer um simples convênio patrocinado, ao menos em parte, pelo seu “empregador”. A sensação que se tem é a de estar na contramão e em situação de total abandono. É a sensação de que a educação é um simples objeto, e das “coisas” do cotidiano, a de menor valor.

Infelizmente o tratamento dispensado pelo “empregador” aos profissionais da educação está aquém do mínimo necessário para que esses profissionais encontrem paz e tranquilidade para bem desempenhar a sua nobre missão e, assim, contribuir para que alcancemos o fim maior de se enfrentar longas jornadas de trabalho, oferecer uma educação de qualidade que e propicie ao educando a aquisição de um senso critico que o torne capaz de ser “senhor” da sua própria formação como ser.

Referência Bibliográfica

CODO, W. *Educação: carinho e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ESTEVE, J. M. *O mal estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. São Paulo: EDUSC, 1999.

GOMES, Luciana. *Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites*. Dissertação de Mestrado. ENSP, FIOCRUZ, RJ, 2002.

LIPP, Marilda E. N. *Relação entre stress e depressão*. Disponível em [HTTP://www.estresse.com.br](http://www.estresse.com.br), acessado em 21 de outubro de 2009.

JORNAL CORREIO BRASILIENSE, ed. 19/08/2008. Disponível em http://www.sbac.org.br/pt/conteudos/qualinews/noticias/noticias2008_2/0911.html

MENDES, M. L. M. *Condições de trabalho e saúde docente*. VI Seminário da REDESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente. UERJ, RJ, 06 e 07 nov. 2006.

Revista Veja, edição nº 1996, 21 de fevereiro de 2007. Disponível em <http://veja.abril.com.br/210207/holofote.shtml>. Acessada em 05/12/2009.

SCLIAR, MOACYR. *História do conceito de Saúde*. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1): 29-41, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>, acessado em 16 nov. 2009.

SILVA, V. G. *Violência na escola: “Não mate aula, mate o professor”*. UEPB, 2008. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos>. Acessado em 15 nov. 2009.